

**OS GOVERNOS MUNICIPAIS NA AMAZÔNIA – Gestores de
Estados locais de Mal Estar ou possíveis indutores de políticas públicas
que apostam no aproveitamento múltiplo da biomassa das ecorregiões
tropicais?**

Thomas A. Mitschein

Jadson F. Chaves

Pedro Saviniano Miranda

Erika Estumano

Os autores

Thomas A. Mitschein – Sociólogo, Dr. Phil pela Universidade de Muenster - Alemanha, desde 1992 pesquisador e docente em entidades técnico-científicas de países amazônicos, atualmente coordena junto com a Profª. Esp. Maria Lúcia Ohana o Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento - Fomentando a Criação de uma moderna Civilização da Biomassa na Amazônia e é Professor do Núcleo de Meio Ambiente.

Jadson F. Chaves – Estatístico pela UFPA, Doutor pelo Instituto Universitário de Lisboa- ISCTE – IUL em Métodos Quantitativos, Estatísticas e Analise de Dados, Mestre em Gestão pelo Instituto Universitário de Lisboa ISCTE – IUL e Especialista em Economia e Desenvolvimento regional pela UFPA.

Pedro Saviniano Miranda – Engenheiro Agrônomo pela Faculdade de Ciências Agrarias do Pará – FCAP, Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas pelo NAEA – UFPA, Pesquisador do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento – UFPA.

Erika Estumano – Socióloga pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Técnica da Bolsa Amazônia.

Sumário

Introdução	04
1. O Estado do Pará no Século XXI – Província energético-mineral para o resto do mundo ou berço de uma civilização original da biomassa?	06
1.1. O Arquipélago Marajoara – Condenado para iniciar o seu soerguimento econômico a partir da transformação da segurança alimentar numa política de proteção social que prioriza as camadas populares	13
1.2. O Sudeste Paraense – encarralado entre um setor mineral e uma pecuária extensiva que se destacam por baixos índices de agregação de valor	23
1.2.1. Sobre a opção de induzir em Canaã dos Carajás, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Tucumã e Água Azul do Norte ciclos virtuosos de desenvolvimento a partir das demandas alimentícias da população de baixa renda	29

Introdução

Altos índices de comprometimento das receitas com as despesas de custeio e uma expressiva dependência das transferências de instâncias federais e estaduais são características de todos os Municípios brasileiros, afetando, inclusive, as capitais dos estados, cujo índice médio de arrecadação própria, conforme dados do Tesouro Nacional (Graner, 2016), é de apenas 44%. Trata-se de uma vulnerabilidade institucional que ganha dimensões redobradas numa região como a Amazônia que, desde os anos 70 do século passado, tem se tornado objeto de um modelo de crescimento que os seus idealizadores chamaram de *desequilibrado* e *corrigido*. *Desequilibrado* porque favorecia aqueles setores da economia (mineral, madeireiro, agropecuário, pesqueiro empresarial etc.), dos quais se esperava vantagens comparativas no âmbito do mercado mundial. E *corrigido* porque previa intervenções por parte do Estado para mitigar os desequilíbrios que a implementação do mencionado modelo trazia necessariamente em seu bojo. Contudo, o que a ação corretiva da *mão pública* pressupõe, além da capacidade técnica de planejamento, é ter *poder de fogo* em termos financeiros. No entanto, fatores como o pagamento dos encargos da dívida externa, modestas taxas de crescimento econômico e, certamente, o avanço das receitas do *fundamentalismo de mercado* fizeram com que este *poder de fogo* minguasse expressivamente nas duas décadas antes da virada do século. Em consequência disso, a *administração* dos conflitos sociais que acabavam se acirrar no próprio *continente amazônico* entre atores tão diferentes como trabalhadores sem terra, garimpeiros, povos indígenas, grandes empresas de mineração, pecuaristas ou madeireiros, passava para os protagonistas políticos nas esferas municipais e estaduais dentro da própria região, já que, diante da sensível diminuição da presença das instâncias federais, se iniciava um processo de “*revigoramento do poder local e regional*” (ROCHA, 2008, p. 44). Mas considerando que este processo era o resultado da crise de um projeto de modernização nacional, os *poderes locais* em momento nenhum estavam disposto dos meios técnicos e financeiros para superar os problemas socioeconômicos e ambientais que estavam enfrentando diariamente. E, como cabe acrescentar, continuam vivendo nesta mesma

situação. Na região inteira! Não obstante o fato de que, na década passada, o governo federal tem insistido na retomada do papel do estado como indutor do desenvolvimento nacional, favorecendo a implementação de um *capitalismo organizado* que girava em torno da função estruturante da mão pública; mas obviamente, não fugia da lógica reprodutiva de um sistema econômico global que, pelo fato de submeter todos os seus *stakeholders* ao imperativo categórico da competitividade sistêmica, perpetua a polarização socioespacial no âmbito do território nacional, deixando a Amazônia em sua condição de refém do mencionado modelo de crescimento, ao que qual foi sujeita na época dos governos militares.

1. O Estado do Pará no Século XXI – Província energético-mineral para o resto do mundo ou berço de uma civilização original da biomassa?

Tendo sido o palco central da assim chamada valorização da Amazônia, o Pará mostra atualmente uma característica bastante peculiar. Contribui para o PIB nacional com menos do que 3%, mas, no comércio exterior, joga como time grande, ocupando entre os estados exportadores do Brasil um lugar destacado com uma pauta de bens, dominada pela mineração e pela indústria madeireira que, junto com a pecuária, representam hoje as locomotivas da economia paraense. Locomotivas que, por sua vez, revelam baixos níveis de agregação de valor e tênues efeitos de ocupação, emprego e renda, proporcionando a concentração de crescentes parcelas do PIB estadual num número decrescente de suas unidades municipais, considerando que, em 2013, 10 das 144 unidades municipais do estado responderam por 70% de toda a riqueza oficialmente contabilizada do Pará. (ver Tabela 1) Uma expressão emblemática desta tendência é o flagrante contraste entre os dez Municípios que dispõem dos maiores PIB's per capita e aqueles dez que, neste *ranking*, ocupam os últimos lugares. As Tabelas 2 e 3 mostram que, entre os *primos ricos* da família municipal paraense, se destacam os do Sudeste Paraense que abrigam grandes investimentos nos campos da mineração e da geração de energia elétrica enquanto os *primos pobres* estão situados em territórios de antiga colonização como o Nordeste Paraense ou o Marajó.

Tabela 1– Ranking dos 10 Maiores PIB's Municipais do Estado do Pará, a Preços de Mercado - em 2010.

Municípios	Produto Interno Bruto	
	Em R\$ 1,00	%
Belém	17.987.323	23.11
Parauapebas	15.918.216	20.45
Ananindeua	3.669.747	4.71
Marabá	3.611.647	4.63
Barcarena	3.550.233	4.56
Tucuruí	2.817.702	3.62
Santarém	2.051.529	2.64
Canaã dos Carajás	1.559.968	2.00
Castanhal	1.749.213	1.86
Paragominas	1.235.379	1.59
SUBTOTAL	53.834.377	69.15
Os demais 134 Municípios	24.013.219	30.85
TOTAL DO ESTADO	77.847.597	100

Fonte: Mitschein, Chaves, Estumano 2014, p. 28

Tabela 2 – Ranking dos 10 maiores PIB's Per Capita a preços de mercado corrente/municípios, Estado do Pará, 2013.

Ranking	Municípios/ 2013	PIB Per capita (R\$)
1º	Canaã dos Carajás	118.954
2º	Parauapebas	114.754
3º	Tucuruí	34.924
4º	Altamira	29.183
5º	Ulianópolis	26.950
6º	Barcarena	26.663
7º	Oriximiná	23.509
8º	Vitória do Xingu	22.440
9º	Ourilândia do Norte	21.420
10º	Floresta do Araguaia	21.147
Média	Estado do Pará	15.176

Fonte: IDESP 2013, elaboração própria.

Tabela 3 – Ranking dos 10 menores PIB's Per Capita a preços de mercado corrente/municípios, Estado do Pará, 2013.

Ranking	Municípios/ 2013	PIB Per capta (R\$)
1º	Curralinho	3.585
2º	Bagre	4.276
3º	Terra Alta	4.369
4º	Muaná	4.393
5º	Cachoeira do Piriá	4.695
6º	Melgaço	4.846
7º	Rurópolis	5.086
8º	Irituia	5.090
9º	Colares	5.230
10º	Salvaterra	5.290
Média	Estado do Pará	15.176

Fonte: IDESP 2013, elaboração própria.

Contudo, se ilhas de crescimento como Canaã e Parauapebas forem comparadas com terras economicamente afundadas como Curralinho e Bagre a partir de indicadores como a taxa de analfabetismo, a média de anos de estudo ou a taxa de conclusão do ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos, elas não se diferenciam de maneira expressiva nestes mesmos quesitos.

Tabela 4 - Taxa de analfabetismo, média de anos de estudo da população adulta e taxa de conclusão de ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos nos Municípios de Canaã dos Carajás, Parauapebas, Curralinho e Bagre - 1991, 2000 e 2010.

Municípios	Taxa de Analfabetismo/ Média de anos de estudo				Taxa de Conclusão de ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos em 2010
	1991	2000			
Canaã dos Carajás	42.4	4.6	25.3	5	41.4
Parauapebas	24.6	2.1	19.9	3.4	49.6
Curralinho	51	1.6	41.7	2.2	12.7
Bagre	50.4	1.3	38.1	2.3	19.9

Fonte: Mitschein, Chaves, Estumano 2014, p.33.

No que diz respeito a este desacoplamento entre crescimento econômico e desenvolvimento social, ele tem sido potencializado no Estado pela alocação do extraordinário fluxo de investimentos que o Pará internalizou no período de 2012 a 2016. Envolvendo recursos na ordem de R\$ 130 bilhões, destinados em grande parte à indústria mineral, à melhoria da infraestrutura portuária e ao aproveitamento do potencial hidroelétrico paraense, este fluxo se dirigiu a 23 Municípios nas regiões *Grande Belém, Carajás e Tapajós* (FIEPA 2013); mas, como uma avaliação mais detalhada mostra com facilidade, 74% dos investimentos e 62% dos empregos previstos beneficiarão apenas cinco unidades do universo municipal do Pará (ver Tabela 5), onde se reproduzem as mesmas mazelas sociais, às quais a esmagadora maioria da população do Estado todo está sujeita.

Tabela 5 - Investimentos e empregos previstos nos Municípios de Barcarena, Canaã dos Carajás, Marabá, Parauapebas, Altamira (Rio Xingu) no período de 2012 a 2016.

Municípios	Investimento	Em % a (X)	Empregos	Em % a (Y)
Barcarena	17.120	13,2	39.390	24,22
Canaã dos Carajás	25.092	19,35	9.814	6,06
Marabá	13.016	10,04	26.856	16,14
Parauapebas	10.336	7,97	4.700	2,9
Rio Xingu/Altamira	30.000	23,14	18.700	11,56
Total	95.564	73,72	99.460	61,49
Pará	129.619 (X)	***	161.752 (Y)	***

Fonte: Mitschein, Chaves, Estumano, 2014, p. 28.

De qualquer maneira, o que estes dados transmitem com nitidez é que, diante das vigentes modalidades de sua inserção na economia internacional, o Pará corre o sério risco de se tornar definitivamente uma província energético-mineral para o resto do mundo. No entanto, este cenário deixa de se ser uma fatalidade intransponível se os principais protagonistas da política brasileira resolverem, no dizer de Mangabeira Unger (2008), de fazer do "soerguimento

da Amazônia prioridade brasileira na primeira metade do século XXI," viabilizando o estabelecimento de uma relação mais equilibrada entre economia e ecologia que, nas ecorregiões tropicais, pressupõe a viabilização de políticas que visam matar, literalmente, dois coelhos com uma cajadada só: Ao priorizarem o "uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática como alimento, ração para animais, adubos verde, bioenergias, materiais de construção, fibras, plásticos, demais produtos da química verde e dos bioreferencias do futuro" (SACHS, 2009) acabam incentivando as potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais. E pelo fato de abordar os ecossistemas ainda intactos como renovável tesouro de insumos naturais para os mais diversos campos da reprodução humana, está justificando de uma maneira didaticamente clara a necessidade imperiosa de sua proteção.

Contudo, é óbvio que uma iniciativa ampla e ambiciosa de recuperação das áreas alteradas da Amazônia através de sua revitalização econômica em moldes sustentáveis, se choca frontalmente com as determinações de uma política econômica que reserva a setores como educação, ciência e tecnologia, gestão ambiental, organização agrária e indústria menos do que 10% do Orçamento Geral da União, mas destina aproximadamente 42% ao pagamento de juros, amortizações e refinanciamentos da dívida pública do país (ver Tabela 6).

Tabela 6 - Orçamento Geral da União. Gastos em % com educação, saúde, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, indústria, organização agrária e juros e amortizações da dívida em 2012, 2013, 2014 e 2015.

Despesas	2012	2013	2014	2015
Educação	3,34	3,70	3,49	3,91
Saúde	4,17	4,29	4,11	4,14
Saneamento	0,04	0,04	0,14	0,01
Gestão ambiental	0,16	0,19	0,37	0,13
Ciência e tecnologia	0,34	0,38	0,38	0,27
Indústria	0,11	0,11	0,11	0,09
Organização Agrária	0,11	0,15	0,22	0,07
Total	8,27	8,86	8,82	8,62
Juros e amortização da dívida pública	43,98	40,30	42,04	42,43

Fonte: Auditoria cidadã, elaboração própria.

No entanto, por mais que esta "brutal transferência de recursos públicos para o setor privado - nacional e internacional" (FATORELLI, 2011) esteja representando hoje o nó górdio da política brasileira, se os principais protagonistas desta última demonstram pouca vontade para desatá-lo, é porque preferem evitar conflitos com os bancos nacionais, estrangeiros e investidores internacionais que, junto com as seguradoras, detêm 62% do estoque da dívida pública brasileira. Trata-se, sem dúvida, de uma postura entendível no âmbito de um sistema econômico global que, mesmo depois da *caída do Muro de Wallstreet* (STIGLITZ, J.) em 2008, continua sujeito aos humores de mercados financeiros que, pelo seu próprio tamanho e seu baixo nível de regulação, conseguem manipular no mundo inteiro as políticas dos Estados nacionais. Porém, não deixa de revelar uma predisposição perigosamente omissa, uma vez que acaba empurrando com a barriga as dramáticas mazelas sociais e ambientais que, das mais diversas formas, estão castigando todos os territórios do Brasil. E, ainda, está negligenciando radicalmente o excepcional poder de barganha que, em princípio, a maior floresta tropical do planeta e os extraordinários serviços ambientais, suscitados por ele, podem proporcionar para o Brasil numa sociedade planetária que está cada vez ameaçada pela acelerada destruição das bases naturais de sua sobrevivência.

Mas como transformar este poder virtual numa realidade palpável?

No dizer de Mangabeira Unger (2008) através de uma política que faz do "soerguimento da Amazônia prioridade brasileira na primeira metade do século XXI," transmitindo com clareza que a reafirmação da soberania nacional no território amazônico servirá tanto ao Brasil como à humanidade toda.

Contudo, já que, nas condições atuais, o *mainstream* da política brasileira está separado por distâncias oceânicas de uma proposta desta natureza, será que isto não significa que o Pará e a Amazônia toda continuam condenados de andar a reboque de interesses extrarregionais, por sua vez, radicalmente desocupados com a lógica reprodutiva de seus ecossistemas e, mais ainda, com as especificidades de sua história sociocultural? É uma hipótese que, não

pode ser descartada. Contudo, considerando que a esperança é a última que morre defenderemos a ideia de que os atores amazônicos podem ganhar uma boa margem de empoderamento e de autonomia na medida em que apostarem no aproveitamento dos seus mercados internos a partir do uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática de suas ecorregiões. Problematizaremos este desafio a partir do Marajó e do Sudeste Paraense, duas mesorregiões que, no ranking da divisão mesoregional do PIB paraense, ocupam, conforme a Tabela 7, o primeiro e o último lugar.

Tabela 7- Contribuição Relativa das Mesorregiões Paraenses para o Produto Interno Bruto do Estado - em 2015.

Mesorregiões	Produto Interno Bruto	
	Em R\$ 1,00	%
Sudeste Paraense	37.538.552.547	41.23
Metropolitana	32.544.761.388	35.74
Nordeste Paraense	8.860.552.140	9.77
Baixo Amazonas	6.207.157.629	6.81
Sudoeste Paraense	3.904.042.416	4.28
Marajó	1.981.058.632	2.17
Total	91.036.124.75	100

Fonte: Mitschein, Chaves, Miranda, Imbiriba, Paixão 2016, p. 31.

1.1 O Arquipélago Marajoara – Condenado para iniciar o seu soerguimento econômico a partir da transformação da segurança alimentar numa política de proteção social às camadas populares



Dispondo de uma extensão territorial de 102.140 km², por sua vez equivalente ao tamanho de um país como Portugal, a Mesorregião do Marajó, do ponto de vista de sua realidade social, se destaca:

- por altos índices de mortalidade infantil e de óbitos por doenças parasitárias,
- uma precária infraestrutura hospitalar,
- pela exclusão de uma grande parte dos domicílios dos serviços de fornecimento de água encanada e de energia elétrica,
- por uma taxa de urbanização que, na primeira década do século XXI, ficou visivelmente abaixo da média paraense,
- um déficit educacional que é caracterizado por baixíssimas taxas de conclusão do ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos e
- por uma expressiva proporção de pessoas que vivem entre a linha da indigência e da pobreza e abaixo da linha da indigência.

Cabe destacar que as suas atividades econômicas giram em torno de:

- uma pecuária que, iniciada já na época do colonialismo lusitano, tem sido suplantada do mercado consumidor de Belém pela oferta de carne especialmente do Sudeste Paraense que, nos dias de hoje, abriga a maior parcela do rebanho bovino do Estado;
- um setor pesqueiro que envolve primordialmente profissionais artesanais, sujeitos em virtude do caráter embrionário do seu processo de auto-organização, às determinações dos atravessadores;
- uma indústria madeireira que encontra os seus principais polos em Breves, Portel, Bagre e Anajás, mas que, devido a fatores como a exploração ilegal e a efetivação do controle de instâncias como o IBAMA, acabou entrando numa notável recessão;
- coleta do Açaí (*Euterpe Oleracia*), praticada especialmente em Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Muaná, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista, se destacando como fruto tropical que virou moda e *commodity*, mas já que está sendo comercializado *in natura*, acaba deixando uma renda irrigária em seus lugares de origem;
- uma lavoura permanente do Coco da Bahia (*cocos nucifera*) em Ponta de Pedras, Soure e Salvaterra que, do ponto de vista da área colhida e das quantidades produzidas, está estagnada há bastante tempo e
- uma agricultura familiar que produz maiores quantidades de mandioca, milho, feijão, arroz e abacaxi em Breves, Portel, Gurupá, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari e Salvaterra, mas que, nas condições atuais, mal sustenta aqueles que vivem dela.

De qualquer maneira, trata-se de um conjunto de atividades agroeconômicas, cuja fragilidade se evidencia pela sua queda significativa na composição setorial de todos os PIBs municipais das três microrregiões, trazendo à tona que sociedade marajoara está se tornando, em termos econômicos, cada vez mais dependentes de um setor terciário hipertrofiado (ver Tabela 6) que, alimentado pelas transferências do Estado e da União, acaba gerando ocupação, emprego e renda além das fronteiras do Marajó, já que, nem no

âmbito das demandas alimentícias, a economia mesorregional consegue atender o poder aquisitivo dos seus consumidores.

Tabela 8 – Média da composição setorial dos municípios nas Microrregiões do Arari, Furo de Breves e Portel da Mesorregião do Marajó em %.

Municípios Microrregião	SETOR 1	PIB	SETOR 2	PIP	SETOR 3	PIB
	2000	2010	200	2010	2000	2010
Arari	38	22.8	52	9.4	55	65
Furo de breves	26.17	10.72	10.4	12.45	54.72	73
Portel	36.54	13.48	7.94	11.48	65.60	72.47

Fonte: IBGE Cidades. Elaboração própria.

Trata-se de um **círculo vicioso** que faz com que a migração do Interior para os núcleos urbanos dos Municípios marajoaras esteja ganhando velocidade, culminando, por sua vez, no deslocamento de crescentes segmentos sociais da mesorregião para os bairros periféricos da Capital paraense. No entanto, por mais que, diante deste dilema, um *Grupo Executivo Interministerial da Presidência da República* tenha elaborado em 2006 um Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, (Versão 18 de outubro de 2007, p. 74) em torno do objetivo de "estabelecer uma agenda transformadora e abrangente, para poder pensar no estabelecimento de níveis mínimos de investimento para a região," no que diz respeito a seus resultados, estes são, para dizer o mínimo, assustadoramente tênues. De qualquer maneira, o que este contraste entre palavra e realidade revela com clareza é que os protagonistas sociais e políticos do Marajó terão que tomar seu destino em suas próprias mãos. Precisam elaborar para os seus respectivos territórios municipais políticas que lhes permitam viabilizar **círculos virtuosos de desenvolvimento**, ancorados, por sua vez, no objetivo de fazer da segurança alimentar um verdadeiro programa de proteção social para os setores populares que, em sua esmagadora maioria, estão sendo castigados por altos índices de subnutrição. Contudo, neste contexto, é preciso lembrar que os parceiros indispensáveis nesta empreitada, os agroextrativistas familiares dos Municípios de todo o arquipélago, enfrentam enormes problemas para fazer valer o seu potencial produtivo. Precárias condições de escoamento, uma

comercialização fortemente desorganizada e contaminada por uma intermediação espoliadora, na maioria dos casos, e produtos com nenhum ou reduzido grau de processamento, impedindo uma participação mais vantajosa no mercado, são alguns dos gargalos a serem superado.

Do outro lado desta realidade, quando encarada enquanto mercado consumidor, a produção familiar tem suas crianças e jovens em idade escolar submetidos a um tratamento insatisfatório no que diz respeito à qualidade, quantidade e regularidade do fornecimento da merenda escolar. São inúmeros os relatos em que os alimentos ofertados são apenas bolachas e “sucos” de preparo rápido, pós a serem diluídos que contém menos de 10% da matéria prima da qual usurparam o nome. O que se propõe, diante deste quadro, é tornar cada um destes problemas a solução do outro, ou seja, uma alternativa capaz de atacar as duas questões abordadas anteriormente, repassando gradualmente, e de forma legal, para as associações de base do agroextrativismo familiar a responsabilidade de abastecer as escolas com os alimentos necessários para assegurar uma merenda escolar de qualidade e quantidade sintonizadas com as demandas do alunado identificadas e definidas pelos profissionais de Nutrição que atuam no cenário local. Assim, o maior mercado consumidor municipal abastecido pelos produtores locais, os recursos federais, estaduais e municipais, destinados à aquisição da merenda escolar poderão permanecer de forma crescente no município, dinamizando a economia interna. Neste contexto, cabe destacar que, em 2015, as 16 entidades municipais do Marajó receberam do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE R\$ 19 milhões para a merenda escolar que, no âmbito das escolas de ensino fundamental e médio, precisava atender 135.775 alunos. Suponhamos que, dentro de um prazo de 4 anos, a participação dos produtores locais no fornecimento de produtos como farinha de mandioca, peixe, camarão ou frutas regionais *in natura* ou (semi)processadas chegaria a alcançar a metade dos mencionados recursos, neste caso entraria um volume de \$R 9.783.598,50 na economia popular do maior arquipélago fluvial-marítimo do planeta. Cabe realçar que o envolvimento das entidades associativas de toda a mesorregião neste processo de regionalização da merenda escolar é salutar por duas razões, fundamentalmente. De um lado, porque abre uma

perspectiva de escala que é essencial especialmente para desejáveis avanços na industrialização das matérias primas. E por outro, porque incentiva uma saudável competição entre as entidades do associativismo, mostrando que aqueles que trabalham com mais eficácia acabam gerando resultados monetários maiores. Contudo, organizar o abastecimento das escolas pelos produtores locais vai requerer um considerável esforço. Envolve, fatalmente, a efetivação do funcionamento das formas associativas dos produtores, focalizando aspectos da produção pelo mercado no que diz respeito ao cumprimento de cotas, contratos de fornecimento, etc. Neste contexto, se tornará indispensável cimentar de fato uma parceria entre os governos locais e a produção agroextrativista familiar.

Tabela 9 – Mesorregião Marajó - Repasses financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE em R\$ em 2015.

Microrregião de Arari										
Município	PNACN	PNAEE	PNAEN	PNAFN	PNAMN	PNAPN	PNAQN	PN+FN	PN+QN	Total
Cachoeira do Arari	R\$ 63.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 28.200,00	R\$ 250.860,00	R\$ 41.640,00	R\$ 72.400,00	R\$ 18.000,00	R\$ 108.456,00	R\$ 1.620,00	R\$ 586.676,00
Chaves		R\$ 2.400,00	R\$ 48.312,00	R\$ 338.580,00	R\$ 20.760,00	R\$ 94.100,00		R\$ 122.760,00		R\$ 626.912,00
Muaná		R\$ 1.900,00	R\$ 19.020,00	R\$ 485.620,00	R\$ 91.200,00	R\$ 70.700,00		R\$ 677.328,00		R\$ 1.345.768,00
Ponta de Pedras		R\$ 800,00	R\$ 26.500,00	R\$ 312.900,00	R\$ 70.620,00	R\$ 99.400,00	R\$ 27.840,00	R\$ 216.720,00	R\$ 9.300,00	R\$ 764.080,00
Salvaterra		R\$ 1.600,00	R\$ 44.220,00	R\$ 191.220,00	R\$ 84.720,00	R\$ 74.700,00	R\$ 180.120,00	R\$ 42.528,00	R\$ 3.372,00	R\$ 622.480,00
Santa Cruz do Arari	R\$ 1.620,00		R\$ 10.800,00	R\$ 72.090,00	R\$ 14.796,00	R\$ 24.750,00		R\$ 10.800,00		R\$ 134.856,00
Soure	R\$ 49.200,00		R\$ 44.460,00	R\$ 305.680,00	R\$ 60.960,00	R\$ 82.500,00	R\$ 4.200,00	R\$ 199.992,00		R\$ 746.992,00
TOTAL	R\$ 113.820,00	R\$ 9.200,00	R\$ 221.512,00	R\$ 1.956.950,00	R\$ 384.696,00	R\$ 518.550,00	R\$ 230.160,00	R\$ 1.378.584,00	R\$ 14.292,00	R\$ 4.827.764,00

Microrregião de Portel										
Município	PNACN	PNAEE	PNAEN	PNAFN	PNAMN	PNAPN	PNAQN	PN+FN	PN+QN	Total
Bagre	R\$ 16.680,00			R\$ 337.920,00	R\$ 34.500,00	R\$ 77.800,00	R\$ 15.600,00			R\$ 482.500,00
Gurupá	R\$ 37.400,00		R\$ 54.100,00	R\$ 490.200,00	R\$ 69.180,00	R\$ 125.100,00	R\$ 130.360,00	R\$ 281.232,00	R\$ 12.996,00	R\$ 1.200.568,00
Melgaço	R\$ 26.600,00		R\$ 20.640,00	R\$ 724.080,00	R\$ 37.800,00	R\$ 78.400,00		R\$ 321.648,00		R\$ 1.209.168,00
Portel	R\$ 88.400,00	R\$ 11.400,00	R\$ 155.940,00	R\$ 1.108.580,00	R\$ 101.940,00	R\$ 193.800,00	R\$ 10.440,00	R\$ 227.208,00		R\$ 1.897.708,00
TOTAL	R\$ 169.080,00	R\$ 11.400,00	R\$ 230.680,00	R\$ 2.660.780,00	R\$ 243.420,00	R\$ 475.100,00	R\$ 156.400,00	R\$ 830.088,00	R\$ 12.996,00	R\$ 4.789.944,00

Microrregião de Breves										
Município	PNACN	PNAEE	PNAEN	PNAFN	PNAMN	PNAPN	PNAQN	PN+FN	PN+QN	Total
Afuá	R\$ 36.200,00		R\$ 17.100,00	R\$ 683.520,00	R\$ 69.060,00	R\$ 142.500,00				R\$ 948.380,00
Anajás	R\$ 33.400,00		R\$ 57.720,00	R\$ 502.920,00	R\$ 51.960,00	R\$ 112.800,00	R\$ 6.120,00	R\$ 396.696,00		R\$ 1.161.616,00
Breves	R\$ 192.000,00	R\$ 18.400,00	R\$ 155.880,00	R\$ 1.689.680,00	R\$ 6.600,00	R\$ 295.000,00		R\$ 1.216.200,00		R\$ 3.573.760,00
Curralinho	R\$ 40.400,00	R\$ 9.300,00	R\$ 32.940,00	R\$ 516.720,00	R\$ 79.500,00	R\$ 105.200,00	R\$ 61.640,00	R\$ 290.760,00	R\$ 11.160,00	R\$ 1.147.620,00
São Sebastião da Boa Vista	R\$ 47.000,00	R\$ 3.400,00	R\$ 20.124,00	R\$ 354.900,00	R\$ 58.260,00	R\$ 101.900,00		R\$ 170.520,00		R\$ 756.104,00
TOTAL	R\$ 349.000,00	R\$ 31.100,00	R\$ 283.764,00	R\$ 3.747.740,00	R\$ 265.380,00	R\$ 757.400,00	R\$ 67.760,00	R\$ 2.074.176,00	R\$ 11.160,00	R\$ 7.587.480,00

Fonte: Ministério da Educação, CGPAE, Elaboração própria.

Seres humanos não são só “a mão que maneja a enxada”, são cidadãos que estudam, demandam atendimento médico, comunicam-se entre si, necessitam de momentos de lazer, deslocam-se de um lado para o outro, enfim apresentam uma série de necessidades que requerem atendimento. Percebê-las, dimensioná-las e intentar satisfazê-las deve ser reconhecido como a maior obrigação de qualquer Poder Executivo.

Como forma de identificar e dimensionar estas necessidades permitindo um *ranqueamento* de adequação aos recursos disponíveis nos Municípios é recomendável a realização de uma Consulta, na forma de Diagnóstico Participativo, o qual seria a base de um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável, contemplando as comunidades rurais tanto quanto os bairros da sede municipal bem como as vilas e demais povoações existentes.

A adoção destas medidas possibilitará uma legitimidade maior ao Governo Local, diminuindo as possibilidades de desenvolver ações que o coloquem em conflito com os eleitores.

O Diagnóstico e o Plano Municipal devem ser executados/construídos simultaneamente às primeiras práticas de abastecimento da merenda escolar a partir da Produção Familiar.

É importante garantir que todas as famílias participantes sejam capacitadas, previamente ao seu engajamento no processo, em aspectos como Estrutura de Custos de Produção, Normas de Mercado, Higiene e Segurança do Trabalho, Contabilidade Simplificada, entre outros temas.

Neste processo, toda associação interagente assume a responsabilidade por metas crescentes ao longo do tempo expressas em volumes a serem produzidos pelo conjunto de seus associados na forma de cotas individuais.

Por seu lado, o Governo Local assegura o transporte da produção por um período definido durante o qual cada associação deverá equipar-se para assumir tal responsabilidade para desenvolver em seu quadro social a compreensão da necessidade e o hábito de assumir a responsabilidade por todas as etapas de produção de suas mercadorias, da geração do produto até a entrega aos consumidores.

No decorrer destas atividades outras ações da parceria Prefeitura Municipal-Produção Familiar devem ser implementadas tendo em vista a modelagem de novos cenários de bem estar social e material.

Uma das primeiras ações a ser deflagrada vai requerer a mobilização dos técnicos atuantes no município de forma a que cada propriedade envolvida na iniciativa passe a contar com três instrumentos básicos do Planejamento de Propriedade:

- 01) - Mapa da Situação Atual: contém a descrição visual da ocupação da propriedade, determinando seus limites, pontos notáveis, construções e instalações, tipos de cobertura vegetal, cultivos e criações, e outras informações que se fizerem necessárias.
- 02) - Mapa dos Recursos Naturais: Descreve as potencialidades do empreendimento delimitando os tipos de solo, relevos, informações sobre mananciais e outros corpos líquidos e até mesmo a ocorrência de alguns recursos que possam requerer utilização futura como pedras, areia, madeiras de valor comercial das quais se possa produzir mudas, gerar novas mercadorias para comercialização e consumo etc.
- 03) - Mapa de Ocupação Definitiva: A partir dos dois outros mapas citados será mais fácil definir quais as ações a serem executadas objetivando transformar a propriedade familiar em um ambiente que possa gerar conforto material para seus moradores sem que isto ocasione grandes impactos ambientais. Nele estarão registradas a disposição espacial e a extensão de cada componente da proposta de ocupação definitiva do lote, respeitando a Intensidade do Trabalho exigida por cada linha de produção/atividade e segundo os espaços de reprodução social¹ contidos no empreendimento.

¹ Como Espaços de Reprodução Social podemos alinhar: A **Casa**, à qual se anexa o **Quintal** ou **Terreiro**, espaço de moradia, como também de pesquisa e produção de pequenos animais, hortaliças, frutos, e plantas de uso medicinal; o **Roçado**, onde é gerada a base alimentar assim como os elementos de troca com o mercado, i. é, os produtos que serão comercializados para que a família possa adquirir as mercadorias que não produz; e a **Mata**, que inclui os cursos d'água e onde é praticado o extrativismo

Para o espaço **Casa** serão considerados aspectos como: direção em relação aos Ventos predominantes, definidos os sistemas de Captação de Água, o de Geração de Energia, Sanitização. Também neste setor estará localizado o Horto Familiar, responsável pela formação e controle do Microclima local, as espécies ornamentais e de uso medicinal, além de pequenas criações para autoconsumo.

Da mesma maneira, este Mapa conterá indicativos das Obras de Engenharia que se fizerem necessárias ao estabelecimento, como: as que contribuirão para a Conservação de Solos (Curvas de Nível, Canais de Infiltração), Barragens, as Construções Civis, e as Instalações Pecuárias e Agrícolas.

Como forma de detalhar as propostas de reorganização do imóvel será elaborada um pequeno Memorial Descritivo com Cronograma, Planilha de Custos, Previsões das mercadorias a serem geradas como das Receitas que elas representarem.

É importante observar que é o Planejamento do Negócio Familiar que revestirá de maior possibilidade de êxito o Plano de Negócios da Associação Comunitária.

A realização de Obras de Fortalecimento da Economia Local e de Proteção Ambiental de acordo com o Diagnóstico Rural Municipal Participativo, antecessor de todos os esforços a serem desenvolvidos, abrirá caminho para a produção e os serviços escolhidos possam se firmar em áreas como:

--- um setor pesqueiro que deve envolver atividades como a filetagem e a transformação da pele do peixe em couro, um produto que associa um alto índice de valor agregado com investimentos de baixo custo para a sua confecção final (MARTINS, 2013).

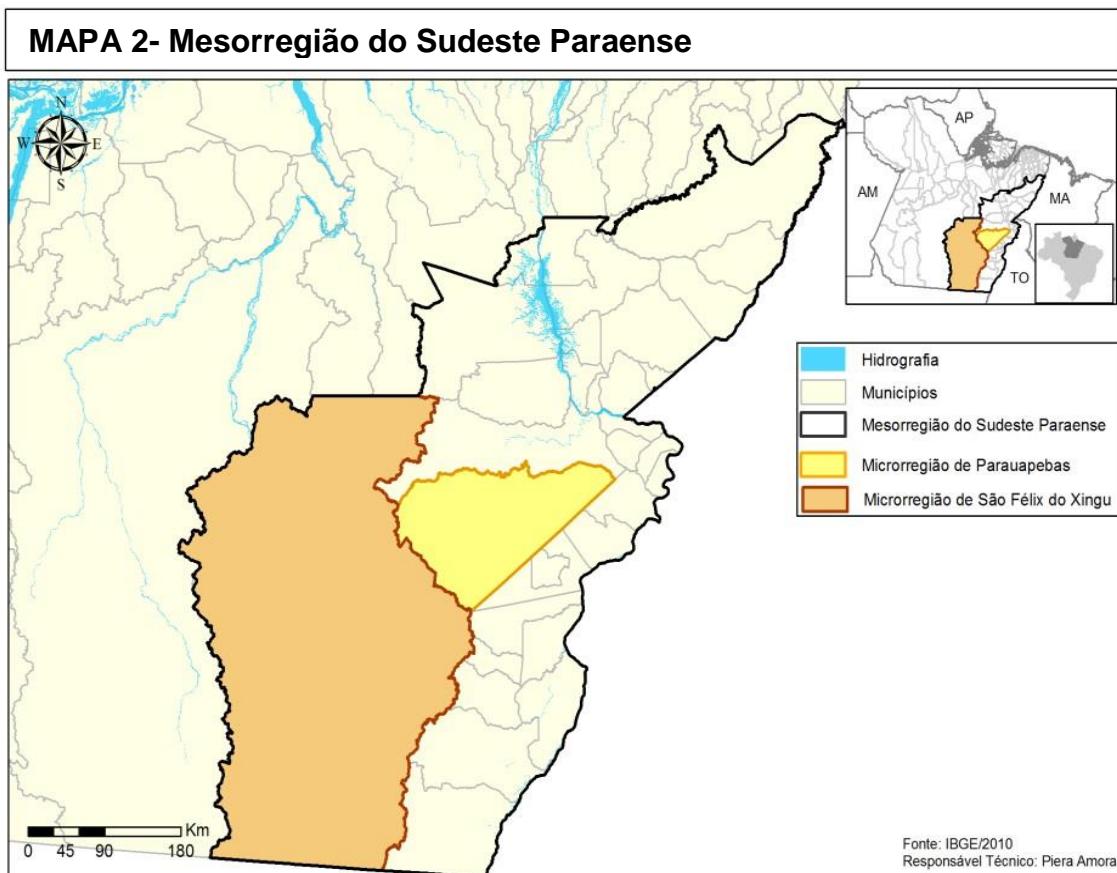
--- uma pecuária que, ao promover boas práticas de manejo dos animais (bubalinos e bovinos), pode contribuir para a diversificação dos derivados de leite e de carne no âmbito estadual e extraregional,

vegetal e animal tanto para autoconsumo como para comercialização. Dependendo de inúmeros fatores Roçados e Matas podem formar um único contexto.

--- o aproveitamento das sementes de oleaginosas para a indústria cosmética e
--- num turismo diferenciado que focaliza as especificidades ecológicas e
histórico-culturais do arquipélago marajoara.

É evidente que, para dotar de sustentabilidade este conjunto de procedimentos, os Governos Municipais e as respectivas sociedades locais devem também estar unidos desenvolvendo ações que contribuam para a recuperação e conservação da fauna e flora locais, regularização do regime de chuvas, prevenção de incêndios, desbarrancamentos e outras catástrofes ditas naturais, mas que são resultado da ação inconsequente do Homem. Assim deve-se implementar Corredores Ecológicos, Áreas de Preservação, etc.. Para tal as escolas tornam-se necessariamente uma ponta-de-lança da Política Ambientalista Municipal com a Educação Ambiental perpassando o conteúdo curricular de todas as séries e o desenvolvimento de ações como a produção de mudas de essências florestais sob risco de extinção, ou já extintas no município e transformando cada criança, cada jovem em um “Guerreiro do Verde”, um Defensor da Natureza gerando insumos que irão não só recuperar áreas alteradas da zona rural como arborizar, embelezando as áreas urbanas exercendo um discreto mas efetivo controle benéfico do clima.

1.2 O Sudeste Paraense – encerrado entre um setor mineral e uma pecuária extensiva que se destacam por baixos índices de agregação de valor



Atualmente, a economia do Sudeste Paraense gira em torno de uma de um setor mineral e de uma pecuária extensiva que se destacam por baixos níveis de agregação de valor. Quanto ao primeiro a sua trajetória nessa Mesorregião está intimamente ligada à implantação do Projeto Ferro Carajás. Iniciado com a finalidade explícita de gerar divisas para o Brasil numa época em que o modelo industrializante dos governos militares estava mostrando claros sinais de esgotamento, as suas perspectivas de rentabilidade foram avaliadas com bastante ceticismo por diversos observadores que duvidavam que, depois do boom pós-guerra, as indústrias siderúrgicas dos países do hemisfério Norte pudessem demandar na escala desejada o minério da Serra dos Carajás. Seguiam desta maneira um raciocínio que não contava com o espetacular crescimento econômico de países emergentes como a China que, nos últimos

anos, tem se tornado o maior comprador desta matéria prima, extraída em quantidades cada vez maiores dos subsolos do Sudeste Paraense.

No entanto, atividades de exploração de recursos naturais não renováveis, por mais que a sua escala esteja sendo aumentado vertiginosamente, não representam garantia nenhuma para que os territórios que as hospedam, estejam caminhando rumo à sustentabilidade social e econômica.

Considerando que no Brasil a política tributária é prerrogativa da esfera federal, os representantes das instâncias estaduais e municipais estão sem nenhuma ingerência neste campo específico. Precisam aceitar a *Lei Kandir* que, ao liberar bens e serviços exportados da taxação do ICMs, aumenta a competitividade internacional das empresas do setor mineral, melhora - em situações de demanda aquecida por insumos minerais - o desempenho da balança comercial do Brasil e deixa os paraenses literalmente com o *pires na mão* diante do cenário da destruição socioambiental em seu próprio quintal. E, também, não têm como não aceitar o fato de que, nas condições da legislação atual, as mineradoras precisam pagar compensações financeiras somente àqueles Municípios que abrigam a atividade mineral. Trata-se de uma regra que incentiva a transformação de municípios vizinhos em *primos ricos* e *primos pobres*, aprofundando, desta maneira, a polarização socioeconômica dentro do próprio contexto regional. Além disso, é preciso lembrar que, uma vez implantados, os grandes projetos minerais, pelo fato de serem altamente capital-intensivos, estão proporcionando a partir do momento de sua operação apenas tênuas efeitos de ocupação, emprego e renda em nível local. Um exemplo emblemático desta realidade é o recém-inaugurado Projeto S11D em Canaã dos Carajás. Dispondo de uma capacidade anual de extração de 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e envolvendo um investimento na ordem de \$US 16,5 bilhões, o S11D se apresenta como mais um superlativo na história recente da mineração no Sudeste Paraense. Contudo, durante a sua fase de operação, prevista por um prazo de 40 anos, deve gerar apenas minguados 2.598 empregos diretos (ver Tabela 9) que, mesmo se levarmos em conta a afirmação do Sindicato das Indústrias Minerais do Pará que cada emprego direto criado na mineração esteja gerando mais treze postos de trabalho em toda a sua cadeia produtiva, representam

literalmente uma lágrima no oceano. Pelo menos para Municípios como Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte, Tucumã e Parauapebas que, localizados na zona de influência do maior polo de exploração de minério de ferro do planeta ao ar livre, têm conjuntamente uma população residente de aproximadamente 300.000 habitantes.

Tabela 10 – Distribuição dos Perfis Profissionais na Fase de Operação do S11D.

Perfil Profissional do Trabalhador	Efetivo
Gerência/Supervisão	90
Engenheiros/Nível Superior	49
Técnicos/Operacional	2.459
TOTAL	2.598

Fonte: Golder Associates, Vale: EIAI Projeto Ferro Carajás S11D, Volume I, p. 266

No que diz respeito à pecuária, o Sudeste Paraense abriga cerca dois terços do rebanho de bovinos do Estado do Pará. Contudo, por mais que a introdução de frigoríficos na mesorregião tenha levado a criação de uma cadeia produtiva a partir da carne bovina, nos últimos anos, cresceu a exportação do boi em pé para o exterior. Para os pecuaristas trata-se de um negócio vantajoso, já que nas vendas externas não incide o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS). Segundo estimativas, as vendas do boi em pé podem chegar a um quarto da capacidade do abate anual da indústria frigorífica no Pará, atingindo, de maneira sensível, os efeitos para frente da cadeia de carne bovina. Quanto ao aproveitamento do leite, os laticínios da mesorregião usam apenas a metade de sua capacidade produtiva. Este alto índice de ociosidade está ligado ao fato de que a matéria prima provém, principalmente, de pequenos produtores que “exploram vacas não especializadas, ocorrendo severa restrição nutricional destes animais no período da seca.” (FEITOSA, HOMMA et al., p. 2)

No que concerne ao potencial empregatício da pecuária, este é notadamente reduzido no âmbito das grandes propriedades. Conforme Tabela 9, estabelecimentos de 1000 ha e mais ocuparam nos anos de 1995 e 2006 em

média um trabalhador (!) para cuidar de 308 e 406 ha respectivamente, revelando, nestes termos, uma tendência declinante que, também, se manifesta na relação cabeças de gado/emprego. A primeira vista, este quadro ganha uma dimensão mais favorável a partir dos criadores de pequeno e médio porte, que, no período em questão, mantiveram aproximadamente 75% de todo o pessoal ocupado e, ainda, aumentaram a sua parcela relativa no rebanho mesorregional de 31% para 41%. No âmbito desse estrato camponês, se realça o grupo dos que dispõem de menos de 50 ha que, em 2006, ocupou 52,5% de toda a mão de obra envolvida neste setor, tendo dado em relação a sua participação relativa no rebanho bovino um impressionante salto de 410%.

Tabela 11 - Setor Agropecuário no Sudeste paraense. Estabelecimentos, Área ocupadas, Efetivo do rebanho, Pessoal ocupado 1995 e 2006.

Variáveis	Anos	UND	GRUPOS DE ÁREA TOTAL				Total
			Menos de 50 ha	50 - 200 ha	200 - 1000 ha	1000 ha e mais	
Estabelecimentos	1995 (a)	(Nº)	17.026	16.10	4.389	1.381	39.706
		(%)	42,9	42,6	11,1	3,5	100,0
	2006 (b)	(Nº)	30.967	14.594	5.109	1.720	52.390
		(%)	59,1	27,9	9,8	3,3	100,0
	b/a		1.8188065	0.8630396	1.1640465	1.2454743	1.3194479
	fCorr		1.0558858	0.9866988	1.013905	1.0201564	1.0255214
	Tx% a.a		5,6	-1,3	1,4	2,0	2,6
	2.015	(Nº)	50.519	12.937	5.785	1.437	70.678
		(%)	71,5	18,3	8,2	2,0	100,0
Área Ocupada	1995 (a)	(Ha)	574.478	1.627.865	1.806.874	6.011.977	10.021.194
		(%)	5,7	16,2	18,0	60,0	100,0
	2006 (b)	(Ha)	879.340	1.425.368	2.175.126	6.923.095	11.402.929
		(%)	7,7	12,5	19,1	60,7	100,0
	b/a		1.5306767	0.8756056	1.2038063	1.1515504	1.1378812
	fCorr		1.0394595	0.9879963	1.0170055	1.0129107	1.0118117
	Tx% a.a		3,9	-1,2	1,7	1,3	1,2
	2.015	(Nº)	1.245.733	1.278.571	2.531.594	7.770.352	12.826.250
		(%)	9,7	10,0	19,7	60,6	100,0
Efetivo de Rebanho	1995 (a)	(Cab)	246.634	725.296	888.673	2.186.739	4.047.342
		(%)	6,1	17,9	22,0	54,0	100,0
	2006 (b)	(Cab)	1.257.105	1.611.443	2.162.320	4.587.767	9.618.635
		(%)	13,1	16,8	22,5	47,7	100,0
	b/a		5.0970466	2.2217729	2.433201	2.0979948	2.3765313

	fCorr	1,1595826	1,0752715	1,0841942	1,0696826	1,081874
	Tx% a.a	16,0	7,5	8,4	7,0	8,2
2.015	(Nº)	4.765.261	3.096.550	4.475.934	8.411.932	20.749.677
	(%)	23,0	14,9	21,6	40,5	100,0
Pessoal Ocupada	1995 (a)					
	(Nº)	68.605	77.693	25.407	19.550	191.255
	(%)	35,9	40,6	13,3	10,2	100,0
	Nº	95.169	48.335	20.81	17.037	181.422
	(%)	52,5	26,6	11,5	9,4	100,0
	b/a	1.3872021	0,6221281	0,8218601	0,8714578	0,948587
	fCorr	1.0302006	0,9577713	0,9823231	0,9875699	0,9952132
	Tx% a.a	3,0	-4,2	-1,8	-1,2	-0,5
2.015	(Nº)	124.392	32.781	17.784	15.223	190.180
	(%)	65,4	17,2	9,4	8,0	100,0
Média						
Área/Estabelecimento	1.995		34	96	412	4.353
	2.006		28	98	426	4.025
Cabeças/Estabelecimento	1.995		14	43	202	1.583
	2.006		41	110	423	2.667
Cabeças/Empregos	1.995		4	9	35	112
	2.006		13	33	104	269
Área/Empregos	1.995		8	21	71	308
	2.006		9	29	104	406

Fonte: IBGE, Senso Agropecuário 1995 e 2006, elaboração própria.

No entanto, por mais que tais dados estejam demonstrando uma enorme vontade de sobrevivência por parte dos criadores de pequeno porte, é preciso admitir que as condições de sua afirmação como empreendedores são extremamente adversas. Suponhamos, neste contexto, que um destes empreendedores dispõe de 50 hectares de pasto em sua propriedade, onde maneja um rebanho de 50 vacas leiteiras, das quais cada uma produz, em média, 2,5 litros de leite por dia. Se o preço do leite alcançar \$R 0,60 por litro, ele chega a abocanhar uma renda anual bruta de R\$ 27.375 que, obviamente, está incompatível com a aquisição de suplementos alimentares para os animais especialmente na época da seca e com a renovação regular dos seus pastos. Inadimplentes em sua maioria perante as instâncias de fomento financeiro, esses criadores de pequeno porte sofrem com o baixo rendimento dos seus empreendimentos, vivenciando uma situação econômica altamente calamitosa que incentiva os seus filhos de virar as costas para o campo e procurar

alternativas de sustento nas zonas urbanas, onde disputam uma irrigária oferta de empregos mais estáveis com migrantes de outras regiões que continuam sendo atraídos pelos grandes projetos minerais. Consequentemente, se tornam fonte local do acelerado *inchaço* demográfico dos núcleos urbanos desta mesorregião, onde a esmagadora maioria da população tem se tornado vítima de uma *urbanização selvagem* (MITSCHEIN, CHAVES, 2013) que:

- segregá porque nega a parcela maior da população, condições minimamente civilizatórias em áreas tão essenciais como saúde, saneamento, educação, segurança alimentar e renda familiar e
- uniformiza porque sujeita os setores populares às mensagens de uma cultura comercial globalizada que lhes insinuam que a aquisição de determinados mercadorias possa dar acesso ao mundo dos belos e ricos desta assim chamada vila global.

Partimos do princípio de que os gestores de Municípios vizinhos como Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã e Água Azul do Norte (ver Mapa 3) estariam bem aconselhados se aproveitassem os recursos da Compensação pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para criar um **Fundo Intermunicipal de Desenvolvimento**, concebido para implementar projetos que insistem na ampliação e na diversificação dos mercados alimentícios em nível microrregional através do fortalecimento e da diversificação da produção agropecuário de pequeno e médio porte. Desta maneira, dariam, sem sombra de dúvida, um passo relevante para enfrentar coletivamente o contraste entre *boom* e *colapso* que é intrínseco da atividade mineradora.

1.2.1 Sobre a opção de induzir em Canaã dos Carajás, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Tucumã e Água Azul do Norte ciclos virtuosos de desenvolvimento a partir das demandas alimentícias da população de baixa renda.

MAPA 3- Os Municípios de Canaã de Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã, Parauapebas e Água Azul do Norte.

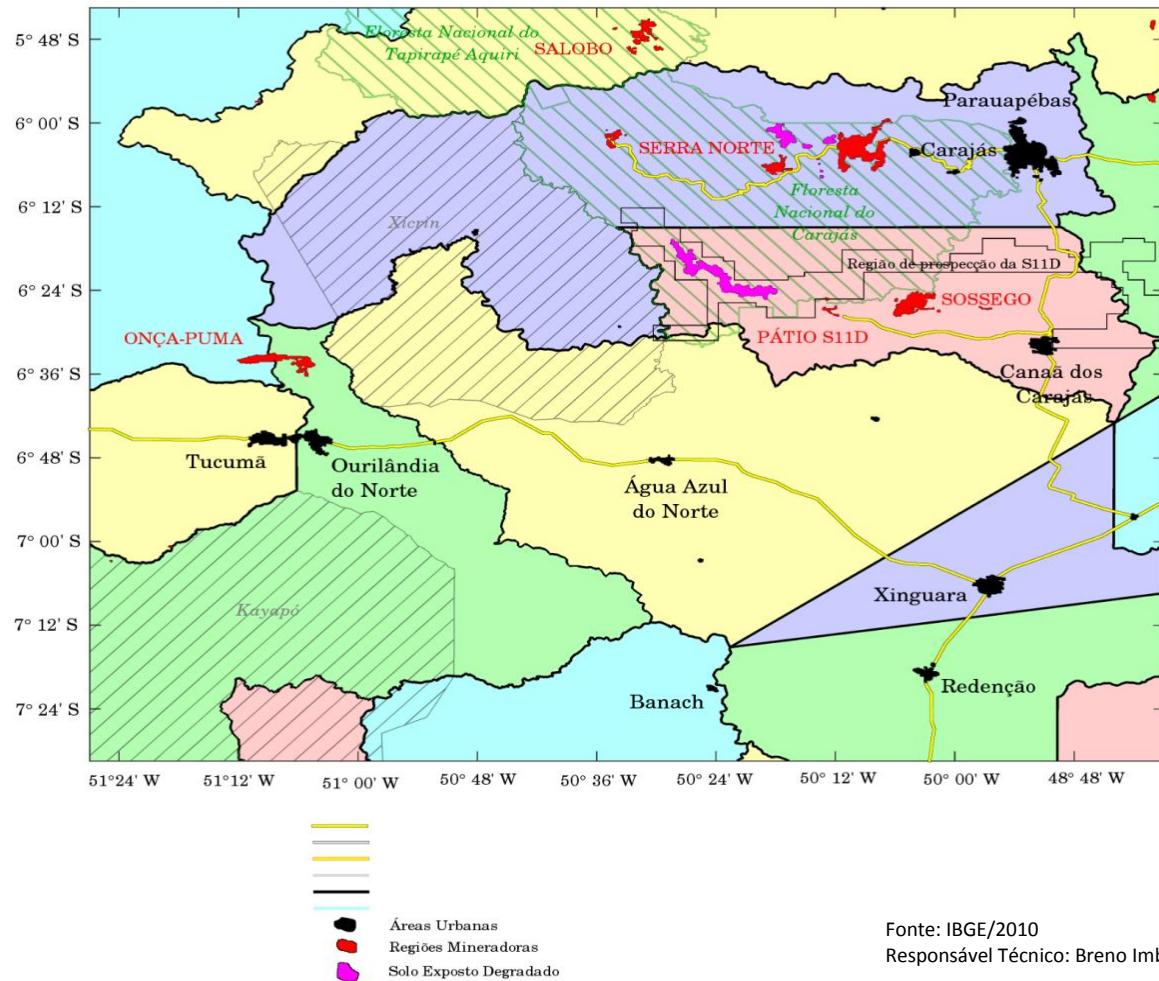


Tabela 12 – População residente e urbana em Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã e Água Azul do Norte – 2000 e 2010.

Município	(1) População Residente de 10 anos ou mais	(2) PEA	(2) de (1) em %	(3) POC	(3) de (1) em %
Canaã dos Carajás	21.005	12.370	58.9	11.027	52.5
Parauapebas	122.067	71.529	58.63	63.804	52.3
Ourilândia do Norte	21.641	11.585	53.53	10.803	49.9
Tucumã	21.179	17.926	84.6	16.668	78.7
Água Azul do Norte	20.651	9.561	46.3	8.261	40
TOTAL	142.718	122.951	86.14	110.563	77.46

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010, elaboração própria.

Situados na Serra dos Carajás, a maior província mineral do planeta, e separados um dos outros por distâncias que oscilam entre 50 e 150 quilômetros, os Municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã e Água Azul do Norte abrigaram em 2010 uma **População residente de 10 anos ou mais** de 142.718 pessoas, das quais 77,46% fizeram parte da **População Ocupada (POC)** (ver Tabela 12). No que diz respeito à distribuição desta última por classe de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos em salário mínimo (SM) no ano mencionado, a Tabela 12 mostra que a renda de três quartos dos ocupados não ultrapassava a barreira dos 3 SM. No entanto, por mais que estes dados estejam falando de um universo de consumidores essencialmente pobres, não pode haver dúvida de que as suas necessidades alimentícias representam um mercado microrregional considerável para os produtores locais. Suponhamos, neste contexto, que as pessoas ocupadas das classes de rendimento **Ate 1 SM, Mais de 1 a 2 SM e Mais de 2 a 3 SM** estejam gastando mensalmente o valor equivalente de uma, de uma e meia e de duas cestas básicas respectivamente, neste caso o potencial do poder aquisitivo destas camadas populares, relacionado com produtos como carne, leite, queijo, ovos, frangos, farinhas, frutos, doces etc, girava mensalmente em torno de quase R\$ 58 milhões. (Ver Tabela 13)

Tabela 13 – Estimativa da demanda alimentícia real da POC dos Municípios de Canaã dos Carajás, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Tucumã e Água Azul do Norte, em relação às Classes de rendimento de Até 1 Salário Mínimo, mais de 1 a 2 Salários Mínimos e mais de 2 a 3 Salários Mínimos - 2010.

POC ^A	(1) Até 1 SM	(1) de (4) em %	(2) Mais de 1 a 2 SM	(2) de (4) em %	(3) Mais de 2 a 3 SM	(3) de (4) em %	(4) Total
	35.356	31.97	35.347	32	12.418	11.23	110.563
Demanda alimentícia real Estimada em R\$ ^B	A	(A) de (D) em %	B	(B) de (D) em %	C	(C) de (D) em %	D
	14.734,613	25.76	22.093,64	38,63	10.350.403	18.10	57.178.658

a) Envolve todas as classes de rendimento dos 5 Municípios;

b) Base de cálculo é o valor da Cesta Básica de Belém em agosto de 2016 de R\$-416,75. Atribuímos à classe A uma demanda alimentícia real de R\$-416,75, à classe B de R\$-625,05 e a classe C de R\$-833,50 respectivamente. São premissas que são tão excludentes como a realidade socioeconômica, a qual estes setores populares estão sujeitos. Todavia, trabalhamos com elas à luz de sua superação ...

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010, elaboração própria.

Tabela 14 – Classes de rendimento nominal de valores em Salário Mínimo nos municípios de Canaã dos Carajás, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Tucumã e Água Azul do Norte.

Município	1 (POC)	(2) Até 1 SM	(2) de (1) em %	(3) Mais de 1 a 2 SM	(3) de (1) em %	(4) Mais de 2 a 3 SM	(4) de (1) em %
Canaã dos Carajás	11.027	3.801	34.47	3.333	30.23	1.119	10.15
Parauapebas	63.804	18.329	28.73	21.055	33.00	9.282	14.55
Ourilândia do Norte	10.803	3.342	30.94	3.515	32.54	1.052	9.74
Tucumã	16.668	7.476	44.85	4.416	26.49	965	5.79
Água Azul do Norte	8.261	3.128	37.86	3.028	36.65	441	5.34
TOTAL	110.563	36.076	32.62	35.347	31.97	12.859	11.63

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2010, elaboração própria.

Tabela 15 – POC – Classes sem rendimento e com rendimento mais de 10 a 20 SM e mais de 20 SM nos municípios de Canaã dos Carajás, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Tucumã e Água Azul do Norte.

Município	(1) Total de POC	(2) Sem rendimento	(2) de (1) em %	(3) Mais de 10 a 20 SM	(3) de (1) em %	(4) mais de 20 SM	(4) de (1) em %
Canaã dos Carajás	11.027	1.106	10.03	200	1.81	36	0.33
Parauapebas	63.809	2.636	10.11	1.233	1.93	316	0.50
Ourilândia do Norte	10.803	1.492	13.81	82	0.76	18	0.17
Tucumã	16.668	1.965	11.75	230	1.38	84	0.50
Água Azul do Norte	8.261	1.432	17.33	7	0.08	0	0.00
TOTAL	110.563	8.631	7.80	17.52	1.58	4.54	0.41

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2010, elaboração própria.

Contudo, considerando que a maioria dos produtores agropecuários nos Municípios envolvidos não está preparado para aproveitar em benefício próprio o potencial deste mercado, torna-se imperioso de conceber políticas públicas que possam fortalecer a capacidade empreendedora deste setor social.

Partimos do princípio de que um ambiente privilegiado para caminhar com afinco nesta direção é o campo da merenda escolar. Além de permitir a associação do interesse dos protagonistas produtivos no aumento de sua renda com o seu anseio de garantir uma alimentação adequada para os seus filhos nas escolas, a merenda escolar representa um considerável volume de recursos, considerando que, em 2015 os cinco Municípios receberam quase 7 milhões de reais para este fim por parte de diversos programas do Governo Federal. É óbvio que aproveitamento preferencialmente crescente destes mesmos recursos em benefício da economia microrregional depende, em primeiro lugar, da vontade política dos gestores locais de investir com afinco e determinação no fortalecimento e na diversificação das condições de oferta e de comercialização dos produtores de pequeno e médio porte e, como cabe acrescentar, no aperfeiçoamento de merendeiras e nutricionistas em cada escola, profissionais que, por sua vez, devem ser incentivadas em sua capacidade de montar cardápios regionalizados para a sua própria clientela. Contudo, por mais que estas estratégias de segurança alimentar precisam ser concretizadas a partir das condições específicas de cada Município, o que une todas as realidades municipais é o desafio dos seus gestores se conscientizarem da necessidade de estabelecer um denso mutirão no campo

da educação pública, criando efeitos de sinergia entre o ensino médio, técnico/tecnológico e universitário e visando a formação de profissionais que aprendem aproveitar as oportunidades que o uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática proporciona. Ou seja, torna-se imperioso de implementar e multiplicar cursos profissionalizantes em nível técnico e tecnológico que, concebidos como elo de ligação entre o ensino médio e universitário, focalizam o ensino sobre as modalidades do empreendedorismo associativista bem como formas de otimização de “todas as complementaridades produtivas envolvendo os campos, as pastagens, as florestas e as águas”(SACHS, 2006, p. 82) nas eco-regiões locais.

Neste campo específico, cabe um papel de vanguarda aos gestores municipais que ganham *royalties* por parte das mineradoras. Aliás, a partir do seu próprio interesse. Neste contexto, vale voltar para Canaã dos Carajás que, via o Projeto S11D, deve abocanhar anualmente uma Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no valor de \$US 644.100.000, se tornando nas próximas 4 décadas definitivamente o primo mais rico na família municipal do Sudeste Paraense (MITSCHEIN et al., 2016, p. 71). Contudo, trata-se de um destino que está recheado com uma perspectiva bastante complicada, já que provoca, fatalmente, expressivas migrações intra- e inter-regionais que resulta, via de regra, na favelização do espaço urbano e na ampliação dos mercados informais de trabalho, suscitando as mais diversas formas de insegurança social. Diante deste dilema, deve ser de interesse dos *primos ricos* de iniciar junto com os seus *primos pobres* ciclos virtuosos de desenvolvimento microrregional, ancorados, num primeiro momento, nas demandas alimentícias de um mercado interno que pode ser estruturado e aperfeiçoado pelos próprios protagonistas do contexto regional.

Referências

- FATORELLI, M. L. **A inflação e a dívida pública**, in: Le Monde Diplomatique, Ano 4, Número 64, junho 2011.
- Feitosa, Homma et al.: **Da Produção Familiar no Sudeste Paraense: O Caso dos Produtores de Leite no Município de Rio Maria**, in: www.sober.org.br
- GOLDER ASSOCIATES, VALE S/A: **Estudo de Impacto Ambiental EIA I Projeto Ferro Carajás S11D, Volume IV – A RT-079-515-5020-0029-02-J**, Belo Horizonte, Junho 2010.
- GRANER, F.: **Até capitais dependem de repasses**, aponta estudo in: Valor A5, 12/13/14 de novembro de 2016.
- MARTINS, A. A. F. A. **Caminho das águas: proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil**, Biblioteca do Núcleo Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém 2013.
- MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F. **Desenvolvimento local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica**, in: Mitschein, A.; Rocha, G.; Sobrinho, V. M.; Desenvolvimento Local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica, Biblioteca Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém 2013.
- MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.; ESTUMANO, E. **O Estado do Pará no Século XXI e o desafio da educação profissionalizante**, Universidade Federal do Pará, Biblioteca do Instituto de Educação Matemática e Científica, Belém 2014.
- MITSCHEIN, T. A.; et al. __ **Polarização socioeconômica e a maldição das riquezas minerais para as camadas populares nos municípios do sudeste paraense: o caso de Água Azul do Norte**, IEMCI/ UFPA, Belém, 2016.
- ROCHA, G.; **Estado do Pará: divisão ou construção de um projeto de desenvolvimento territorial?**, in: TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES BARBOSA, S.; DINIZ GUERRA, G. (orgs.): Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia, Belém, 2008. SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**, Cortez Editora, São Paulo 1986.
- SACHS, I.: **A crise: janela de oportunidades para países tropicais**, in: Le Monde Diplomatique, Brasil <http://diplo.uol.com.br>. 2009 – 02.
- SACHS, I.: **Rumo à Ecosocioeconomia**. Teoria e prática do desenvolvimento. Edições Vértice. São Paulo 2006.